



RIO GRANDE DO SUL

Boas Práticas em Governança Migratória Local



O MigraCidades é uma plataforma desenvolvida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com apoio financeiro do Fundo da OIM para Desenvolvimento. O MigraCidades capacita atores locais, impulsiona o diálogo migratório e certifica o engajamento dos governos de modo a aprimorar a governança migratória e dar visibilidade às boas práticas identificadas nos estados e municípios brasileiros ao longo do processo de certificação.

Para acessar os relatórios completos, acesse:

ufrgs.br/migracidades/relatorios

O estado do Rio Grande do Sul foi um dos governos locais certificados pelo MigraCidades em 2020. Sua população estimada é de 11.422.97 habitantes (IBGE, 2020). Nos últimos 20 anos, **91.291 migrantes internacionais** obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do estado, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra). Entre 2018 e agosto de 2020, o estado recebeu cerca de **5.368 venezuelanos** por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal.



Fonte: Governo do Rio Grande do Sul

No processo de certificação do MigraCidades foram identificadas diversas boas práticas do governo local. Dentre elas:



Realização da **I Semana do Migrante** em junho de 2020, com o intuito de promover espaços de diálogo e troca. O evento debateu tópicos como empregabilidade, integração cultural e viabilização dos direitos de migrantes, dentre outros. Além disso, também foram realizados **webinários, projeção de filmes, sarau cultural e exposição fotográfica**.



A atuação do **Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT/RS)**, o qual conta com a participação de associações e representantes migrantes.



Publicação de recomendação (Nota nº 01/2020) para a melhoria do atendimento aos migrantes e refugiados nos serviços das redes públicas de proteção do estado.



Fonte: Governo do Rio Grande do Sul